

6

**A DITADURA MILITAR
E O ESTADO NOVO**

1926-1974

JOSÉ MENDES CABEÇADAS JÚNIOR

José Mendes Cabeçadas Júnior nasceu a 19 de Agosto de 1883, em Loulé, e veio a falecer a 11 de Junho de 1965.

Era filho de José Mendes Cabeçadas e de Maria da Graça Cabeçadas.

Ingressando na Escola Naval em 1902 – logo após ter concluído o curso da Escola



ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA. FOTO: J. P. SABINO

Politécnica –, segue, no ano seguinte, a carreira de oficial da Marinha, que culmina na década de 1930 com o posto de vice-almirante.

Enquanto militar, esteve estacionado, entre 1908 e 1909, em Moçambique e foi capitão do Porto de Vila Real de Santo António. Assumiu, também, posições de relevo à frente dos destinos do Arsenal da Marinha, entre 1928 e 1931, na qualidade de superintendente, intendente, presidente da Junta Autónoma, presidente da Comissão de Obras de Construção e presidente da Comissão de Obras da Base Naval.

Entre Junho de 1931 e Outubro de 1932, assistiu no Comando Geral da Armada e, entre Fevereiro de 1933 e Junho de 1947, desempenhou o cargo de intendente do Arsenal do Alfeite, assumindo, no mesmo dia em que foi exonerado deste cargo, a superintendência dos Serviços da Armada.

Interveio, ainda, na administração pública civil, desempenhando o cargo de segundo-governador do Banco de Angola.

Republicano (membro dos partidos Unionista, Liberal, Nacionalista e União Liberal Republicana) e maçom, a sua acção política desponta no contexto do 5 de Outubro de 1910, quando então aparece a liderar a revolta no cruzador *Adamastor*, tomando conta do navio a favor das forças revolucionárias, o que lhe valeu a promoção a capitão-tenente.

Logo em 1911, é eleito deputado por Silves, cumprindo esse primeiro mandato até 1915. Voltará à Câmara dos Deputados entre 1915 e 1917 e em 1921, mas, nestas circunstâncias, eleito pelo círculo de Aljustrel.

Em 19 de Julho de 1925, volta a envolver-se

numa revolta militar, de cariz direitista, cuja intenção era contrariar a influência do Partido Democrático no regime. Mal sucedida, essa tentativa seria, no entanto, secundada pelo movimento militar de 26 de Maio de 1926, do qual chega a ser considerado o principal comandante e onde se evidencia como líder do bloco republicano liberal, razão por que o Presidente da República o nomeia, em 30 de



MUSEU DA MARINHA

Maio, chefe do Governo, assumindo igualmente as restantes pastas. No dia seguinte, em concertação com dois dos restantes líderes da revolta, torna-se membro de um triunvirato e reassume a pasta das Finanças, para, dois dias depois, constituído um novo governo, se tornar presidente do mesmo e ministro do Interior, até 17 de Maio de 1926, altura em que é definitivamente destituído pelas facções mais conservadoras das Forças Armadas.

Todavia, até à sua morte, continuará a militar na causa da democratização, seja através da defesa do multipartidarismo, em nome do qual ajuda a criar, em 1930, a Aliança Republicana Socialista, como reacção à União Nacional, seja pela sua participação em tentativas de derrube do regime autoritário, como é o caso do golpe da Mealhada, em Outubro de 1946, e da conspiração de 10 de Abril do ano seguinte, na sequência da qual é preso e julgado. Havendo-lhe sido oferecidas diversas condecorações, aceitou apenas a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, a comenda de Avis e o oficialato da Torre e Espada.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

António de Oliveira Salazar nasceu a 28 de Abril de 1889, no Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, e veio a falecer a 27 de Julho de 1970, em Lisboa.

Eram seus pais António de Oliveira e Maria do Resgate Salazar.

Nasce no seio de uma família de modestos recursos, ligada à exploração da terra e proprietária de uma hospedaria.

Aprendendo as primeiras letras através de aulas particulares, fez, em 1899, o exame da 4.^a classe em Viseu e, em Outubro do ano seguinte, deu entrada no seminário diocesano dessa cidade, onde estudou ao longo de oito anos.

Após uma breve passagem como professor no Colégio da Via Sacra, em Viseu, decide, em 1909, frequentar o curso complementar do Liceu Alves Martins, que conclui em Julho de 1910, com 17 valores. Em Outubro seguinte, matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cujo curso conclui em Novembro de 1914, com 19 valores.

Apostado em seguir a carreira de professor, apresenta, em 1916, os estudos *O Ágio de Ouro* e *A Questão Cerealífera*, com vista a habilitar-se a concurso e poder ser admitido na docência, começando, em Março do mesmo ano, a dar aulas de Economia e Finanças, se bem que a título provisório. Finalmente, em 31 de Março de 1917, é aprovado no concurso e, em 19 de Abril seguinte, toma posse como professor ordinário do grupo de Ciências Económicas da sua faculdade. Assegurando, assim, um lugar na docência – onde ficará até 1928 e que lhe granjeou a fama de especialista em questões económico-financeiras –, seria a vez de obter o grau de

doutor pela Universidade de Coimbra, o que acontece cerca de um ano depois, mais precisamente, em 10 de Maio de 1918.

O seu percurso político começa relativamente cedo, quando era finalista do seminário. É então que, próximo da causa católica e em oposição à acção republicana anticlerical, passa a colaborar em jornais ligados à Igreja, como é o caso d'*A Folha* e dos *Ecos da Via Sacra*, ambos viseenses, ao mesmo tempo que, no papel de conferencista, aborda temas como a regeneração do homem português e a educação. Já em Coimbra, nos tempos de estudante, integra o Centro Académico de Democracia Cristã e, através da escrita regular no *Imparcial*, órgão daquele centro, polemiza sobre a questão religiosa, ao defender a liberdade de culto e a compatibilidade do cristianismo com qualquer regime político, numa época marcada pelo fervor anticlerical.

Em Maio de 1919, depois de ter sido suspenso e novamente admitido na Faculdade de Direito, acusado que foi de apologia monárquica, é candidato do Centro Católico Português a deputado pelo círculo de Viana do Castelo. Gorada essa primeira tentativa, volta a ser candidato daquele Centro nas eleições de 1921, mas pelo círculo de Guimarães, e conquista um lugar na Câmara dos Deputados, onde fará parte de diversas comissões parlamentares. Tentará regressar a essas funções nas eleições de 8 de Novembro de 1925, ainda apoiado pelo Centro Católico Português, candidatando-se pelo círculo de Arganil, mas sem sucesso.

Entretanto, continuara a sua acção de conferencista, não só em nome da causa



religiosa mas também para apresentar as suas ideias sobre o equilíbrio orçamental, no qual via um meio para garantir um projecto de Estado, mais do que uma mera técnica financeira.

Tais propostas, da pena de um prestigiado académico, terão pesado no convite feito pelos chefes militares do 28 de Maio de 1926 para assumir a pasta das Finanças, convite que aceitou, não sem alguma pressão dos seus correligionários do Centro Católico e da Universidade de Coimbra. As suas reservas revelar-se-iam acertadas, pois o governo de que passou a fazer parte em 3 de Junho de 1926 caiu pouco depois, a 19 do mesmo mês, fruto de um golpe militar conduzido pelo general Gomes da Costa.

Instado por este militar a manter-se na chefia do Ministério das Finanças, só regressaria a essas funções em 26 de Abril de 1928, exigindo então condições que lhe permitiram equilibrar o Orçamento Geral do Estado logo a partir do ano económico de 1928-1929, para o que recorreu a um programa económico-financeiro baseado na contenção da despesa pública e no aumento da receita tributária (que teve como principais consequências a estabilização da moeda, o reforço do crédito, a baixa das taxas de juro e a liquidação da dívida pública flutuante), do qual seria o mais directo responsável até 28 de Agosto de 1940.

Com o apoio dos sectores mais conservadores, tornar-se-á no líder político e ideológico do Governo e da própria Ditadura, embora a sua acção ministerial se circunscrevesse então à pasta das Finanças e à das Colónias (que chefou, interinamente, entre 21 de Janeiro e 29 de Julho de 1930). Só em 5 de Julho de 1932, depois de



um período de instabilidade política, onde se assistiu ao recrudescimento da reacção reviralista, é empossado chefe do Executivo, posição em que pôde lançar, definitivamente, as bases do Estado Novo, a cujos destinos presidiu ao longo de trinta e seis anos, mais precisamente, até 27 de Setembro de 1968, quando foi exonerado por incapacidade física e intelectual, sem, no entanto, o saber.

Durante esse período, além do Ministério das Finanças, chefiou as pastas da Guerra (de 5 a 6 de Julho de 1932, interinamente, e de 11 de Maio de 1936 a 6 de Setembro de 1944), da Marinha (de 25 de Janeiro a 5 de Fevereiro e de 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1939, sempre interinamente) e dos Negócios Estrangeiros (de 6 de Novembro de 1936 a 2 de Fevereiro de 1947).

FILOMENO DA CÂMARA DE MELO CABRAL

Filomeno da Câmara de Melo Cabral nasceu a 10 de Fevereiro de 1873, em Ponta Delgada, e veio a falecer a 27 de Janeiro de 1924.

Era filho de Filomeno da Câmara Melo Cabral, médico, professor de Medicina e reitor da Universidade de Coimbra, e de Maria Ana Portocarrero da Câmara.

Assentou praça na Armada em Novembro de 1890 e, depois de seguir a carreira de oficial nesse braço armado (guarda-marinha, em 1893; segundo-tenente, em 1895; primeiro-tenente, em 1902; capitão-tenente, em 1915; capitão-de-



ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA. FOTO J. P. SABINO

-fragata, em 1917; e capitão-de-mare-e-guerra, em 1929), ocupou o posto de comodoro por ocasião de manobras realizadas em 1931.

No seu desempenho militar, destacou-se como governador da província de Timor, nos períodos de 1910 a 1913 e de 1914 a 1917, havendo conduzido, durante o primeiro mandato, a pacificação da região do Manufai, naquele território ultramarino.

Republicano da ala conservadora e dirigente da “Cruzada Nuno Álvares”, ganhou protagonismo político pelo envolvimento em diversas acções conspirativas ainda durante a I República, de que é exemplo o movimento de 8 de Abril de 1925. Eleito deputado em 1925 – candidato que fora do Partido Nacional Republicano, pelo círculo de Ponta Delgada –, participará, no ano seguinte, no golpe militar de 26 de Maio, alinhado com a facção conservadora do general Sinel de Cordes, no seguimento do qual vem a integrar o governo do general Gomes da Costa, à frente da pasta das Finanças, que exerce entre 19 de Junho e 9 de Julho de 1926.

Regressa ao palco dos acontecimentos políticos em 12 de Agosto de 1929, apoiado por Fidelino de Figueiredo, com a intenção de realizar um golpe militar que o conduzisse ao poder como ditador, na ideia de reforçar o autoritarismo do regime de então.

Afastado do continente, ocupará, ainda em 1929, o cargo de alto-comissário em Angola, mas seria demitido dessas funções no ano seguinte, facto a que não foi alheia uma revolta empreendida contra a sua administração. Detinha as comendas de Torre e Espada, de Cristo e de Avis.

JOÃO JOSÉ SINEL DE CORDES

João José Sinel de Cordes nasceu em Barcarena, a 18 de Agosto de 1867, e veio a falecer em Lisboa, a 29 de Janeiro de 1930.

Era filho de Baltazar António Sinel de Cordes, oficial do Exército, e de Mariana Clementina Braamcamp Ludovice da Gama.

Alistando-se, em 1883, no Regimento 2 (Caçadores da Rainha), frequentou, nos anos



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

seguintes, o curso de Cavalaria da Escola do Exército, pelo que obteve, em 1890, a primeira promoção da sua carreira, que culminaria com a obtenção do posto de general, em 1926. Ao serviço do Exército desempenhou diversos lugares e funções, como o de ajudante-de-campo do general-comandante do Grupo do Estado-Maior (1896), chefe da Repartição do Recrutamento e Reserva (1906), chefe do Estado-Maior da 4.ª Divisão do Exército (1913), comandante do Regimento de Infantaria 12 (1913), instrutor da Escola Central de Oficiais (1914-1915), comandante do Regimento de Cavalaria 5 (1915), chefe do Estado-Maior da 1.ª Divisão do Exército (desde 1916), chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (1917-1919), quartel-mestre-general (1921), director da Aeronáutica Militar (1929), presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército e vice-presidente do Conselho do Ar, havendo ainda participado em várias comissões. No plano da administração civil, foi vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, por parte do Estado. O seu historial político remonta aos tempos da Monarquia, regime por que nutria simpatias, quando, em 1899 e 1900, foi eleito deputado. Passando despercebido durante os primeiros anos da República, ganha destaque quando é acusado de ter atrasado o embarque das tropas portuguesas estacionadas na Flandres, no período em que exercia o lugar de chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português, com a suposta intenção de dificultar o combate das forças republicanas à Monarquia do Norte.

Envolvido em planos *putschistas* desde, pelo menos, 1923, protagoniza o movimento militar de 18 de Abril de 1925, no decurso do qual tentou negociar a substituição do Governo de então por um outro presidido por Filomeno da Câmara e onde figurava como ministro da Guerra. Malograda essa tentativa, é durante a sua prisão no Forte da Graça, em Elvas, onde esperava julgamento com a acusação de crime de rebelião, que elabora o movimento militar de



ÓSCAR DE GREGÓRIO PEREIRA, MUSEU MILITAR. FOTO J. P. SABINO

26 de Maio de 1926, embora nunca apareça a chefiá-lo.

Mantendo, no entanto, uma posição de grande influência, estará na origem da deposição dos dois primeiros chefes de governo da Ditadura Militar, José Mendes Cabeçadas e António Gomes da Costa, e da nomeação do executivo chefiado por Óscar Fragoso Carmona, em que assume, ele próprio, a pasta das Finanças. À frente deste ministério, que dirigiu entre 9 de Julho de 1926 e 18 de Abril de 1928, com algumas interrupções, tenta obter um empréstimo externo de 12 milhões de libras, sem o qual, dizia, nunca conseguiria o equilíbrio financeiro e a estabilização monetária do País. No entanto, como a concessão do empréstimo dependia da aprovação da Sociedade das Nações, os republicanos exilados mobilizaram-se para influenciar negativamente a decisão desta, conseguindo-o, pois o empréstimo passou a depender da satisfação de quesitos políticos e de condições consideradas vexatórias. Face a isto, o Governo, numa manobra que também serviu de resposta à oposição, recusou o empréstimo em Março de 1928, o que lhe valeu o apoio exaltado da Nação. As suas opções político-financeiras não deixariam, todavia, de se traduzir num desaire, pelo que é afastado da governação em 18 de Abril de 1928, morrendo pouco depois.

MANUEL RODRIGUES JÚNIOR

Manuel Rodrigues Júnior nasceu na Bemposta, concelho de Abrantes, a 8 de Julho de 1889, e veio a falecer em Lisboa, a 2 de Março de 1946. Era filho de Manuel Rodrigues e de Luísa Maria, família relativamente humilde.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Havendo-se destacado na escola primária, prosseguiu os estudos no Seminário Patriarcal de Santarém, onde cumpriu o curso de Preparatórios e frequentou o de Teologia.

Depois de fazer os exames de equiparação no liceu dessa capital de distrito, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 1912. Enquanto quintanista de Leis, foi convidado a reger uma das cadeiras desse curso, a que se seguiria a sua contratação como professor da Faculdade de Direito, em meados de 1919, depois de ter concluído a licenciatura com 20 valores – nota que repetiria no doutoramento, em 1921. Ainda em 1919, foi nomeado, mediante concurso, assistente do grupo de Ciências Jurídicas daquela faculdade, do qual veio a tornar-se, em 1924, professor catedrático, dois anos antes de se transferir para a Faculdade de Direito de Lisboa.

Académico de carreira, pertenceu, também, ao Conselho Superior da Marinha Mercante, Conselho da Ordem da Instrução Pública e Conselho Administrativo do Banco Nacional Ultramarino, além de ter trabalhado na Administração do Porto de Lisboa e de ter exercido as funções de bibliotecário da sua Faculdade de Lisboa.

Embora não tivesse exercido qualquer actividade política até ao golpe militar de 1926, era um republicano convicto, mas que se situava entre aqueles que se opunham à “ditadura dos democráticos”.

De formação católica, fazia parte do chamado Grupo de Coimbra, onde figurava, entre outros, António de Oliveira Salazar, o que terá pesado na decisão dos militares do 28 de Maio

de 1926 de o nomear ministro da Justiça e dos Cultos, do governo formado em 3 de Junho desse ano. No exercício dessa pasta, em que acumula, interinamente, as funções de ministro das Finanças (em 17 de Dezembro de 1926; de 28 de Novembro a 19 de Dezembro de 1927 e, finalmente, de 23 de Fevereiro a 7 de Abril de 1928), torna-se responsável por uma laboriosa acção legislativa, que se traduzirá na reorganização do Conselho Superior Judiciário, na reforma do Processo Civil, no reconhecimento da "personalidade jurídica da Igreja Católica", na publicação dos Códigos do Processo Civil e do Processo Criminal e na criação do Arquivo de Identificação e da Ordem dos Advogados, para destacar as medidas mais importantes. Exonerado, a seu pedido, em 11 de Abril de 1928, voltará, no entanto, a assumir a pasta da Justiça no primeiro governo de António de Oliveira Salazar, entre 1932 e 28 de Agosto de 1940, sendo subtilmente afastado por meio de uma remodelação do Executivo, numa época em que se tornara crítico da figura tutelar do Estado Novo.

A par dos desempenhos governativos (que se estenderam também à chefia interina do Ministério das Colónias, da Instrução e das Obras Públicas), foi deputado à Assembleia Nacional e fez parte da União Nacional, da Câmara Corporativa, do Conselho Político Nacional, do Conselho de Estado e da comissão encarregada de organizar a União Nacional Republicana, como partido de apoio à Ditadura Militar. Abandonando a política, prosseguiu a actividade na Universidade até à data da sua morte.

No campo das letras, colaborou n' *O Século* e foi autor de inúmeros trabalhos, de que se destaca

A Posse (1940), cujo valor científico, no entender de muitos, ainda hoje dispensa quaisquer actualizações.

ARTUR IVENS FERRAZ

Artur Ivens Ferraz nasceu em Lisboa, a 1 de Dezembro de 1870, onde veio a falecer em 16 de Janeiro de 1933.

Era filho de Ricardo Júlio Ferraz, oficial do Exército, e de Catarina Prescott Ivens Ferraz. Após a frequência do Colégio Militar, continuou os estudos na Escola Politécnica, onde fez os preparatórios, e concluiu-os na Escola do Exército, havendo-se, aqui, distinguido nos cursos de Artilharia e de Estado-Maior.

Seguindo a carreira militar, onde atinge o posto de general, ocupou os lugares de professor da Escola do Exército, chefe da missão portuguesa que assistiu às manobras do Exército inglês em 1904, chefe da Missão de Ligação do Corpo Expedicionário Português com o Exército inglês em França, adido militar em Londres (1919-

1922) e comandante da Escola Central de Oficiais (até 1928). Passa pela administração ultramarina – como chefe de gabinete do alto-comissário em Moçambique e, mais tarde, governador desta província – e pela administração do Exército, no papel de administrador-geral e de chefe do Estado-Maior. Representou, ainda, o Exército português na Conferência do Desarmamento, sob os auspícios da Sociedade das Nações.

No âmbito associativo, foi presidente, durante largos anos, da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Politicamente, depois de aderir ao movimento de 28 de Maio de 1926, notabilizou-se por desempenhar vários cargos governativos.

Começou por integrar, em 1927, o governo do general Óscar Carmona, à frente da pasta do Comércio e das Comunicações e, interinamente, das Finanças, no período em que o Estado negociou um vultuoso empréstimo no estrangeiro, tornando-se o porta-voz da não aceitação por parte do Governo das condições impostas pela Sociedade das Nações, enquanto avalista desse crédito.

Ainda no papel de ministro, sobraçou a pasta das Colónias em Janeiro de 1929, durante o governo de José Vicente de Freitas, a que se seguiu, finalmente, a sua nomeação para chefe do Executivo, em cujo exercício, que decorreu entre 8 de Junho de 1929 e 1 de Janeiro de 1930, se determinou o rumo institucional e político que o País veio a tomar – em dissonância com as suas ideias, pois, embora fosse um republicano conservador, para quem os governos não deveriam depender exclusivamente das maiorias parlamentares, defendia um regime em que as liberdades e a democracia fossem asseguradas. Este processo de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo ficou, de resto, descrito numa obra póstuma da sua autoria, intitulada *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*. Além desse testemunho, colaborou na *Revista de Artilharia* e na *Revista Militar*. Das condecorações por si recebidas, contam-se os colares da Torre-e-Espada e de Santiago, as grã-cruzes de Avis, Carlos II (Espanha), Leopoldo (Bélgica) e de Gregório Magno (Itália) e a Medalha de Serviços Distintos de Inglaterra.

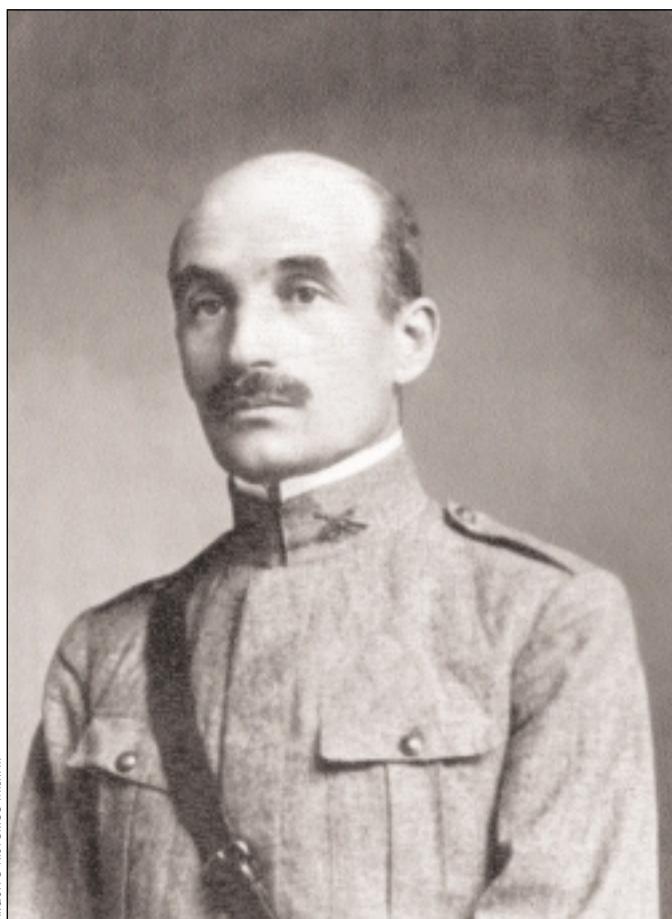


ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

JOSÉ VICENTE DE FREITAS

José Vicente de Freitas nasceu a 22 de Janeiro de 1869, na Calheta, ilha da Madeira, e veio a falecer em Lisboa, a 4 de Setembro de 1952. Era filho de José Joaquim de Freitas e de Sofia Amélia de Freitas.

Concluídos os estudos secundários no Liceu do Funchal, assentou aí praça em 1887, no Regimento de Caçadores 12, vindo, no ano seguinte, a entrar na Escola do Exército, onde fez o curso de Infantaria.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Promovido a alferes, em 1891, e a tenente, em 1896, frequentaria ainda o curso de Ciências da Escola Politécnica de Lisboa, findo o qual tornou ao Exército, com destino ao Estado-Maior. Prosseguindo a carreira de oficial, participou como segundo-comandante-de-brigada na Grande Guerra, ocupando então o posto de tenente-coronel, do qual ascenderia ao de coronel em 1919, para comandar o Regimento de Infantaria 5 e integrar a comissão técnica da sua arma.

Finalmente, depois de atingir o generalato em 1928, tornou-se membro do Conselho Superior de Disciplina Militar e do Supremo Tribunal Militar, além de dirigir a Escola do Exército até à reforma.

O que poderia considerar-se como um primeiro arremedo de participação política, teve-o no decurso da preparação do 5 de Outubro de 1910, quando, no posto de capitão, saiu do Quartel de Infantaria 16, que tinha sido tomado pelas forças revolucionárias, e foi prevenir a Guarda Municipal do sucedido.

Sob a I República, ocupou o cargo de governador civil do Funchal, entre 22 de Fevereiro a 14 de Maio de 1914, mas é após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, movimento por si apoiado, que desempenha as funções políticas mais relevantes.

Logo em 26 de Julho desse ano, é nomeado presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, lugar que desempenhará até 1935, à excepção do lapso de tempo compreendido entre Setembro de 1927 e meados de Julho de 1929. Com efeito, durante este período, desempenhou funções governativas,



começando por ser ministro do Interior na fase final do executivo de Óscar Fragoso Carmona, mais precisamente, entre 26 de Agosto de 1927 e 18 de Abril de 1928.

Nesta data, é nomeado chefe do Governo, funções que acumula com a pasta do Interior e, interinamente, com a das Finanças, até que em 10 de Novembro de 1928 apresenta a sua demissão, reflexo das crescentes dissensões entre

si e António de Oliveira Salazar, que o substituirá nas Finanças (a partir de 26 de Abril desse ano) e vinha a conquistar uma posição dominante no seio das Forças Armadas.

Embora seja, logo de seguida, novamente colocado à cabeça do Governo, mantendo, em acumulação, as funções de ministro do Interior, acaba por ser afastado em 8 de Julho de 1929, uma vez mais em resultado do conflito aberto com António de Oliveira Salazar, que se havia demitido do Governo por este recusar sancionar uma portaria que autorizava a realização de procissões com toque de sinos a qualquer hora. A partir de então, apoiará os elementos minoritários desfavoráveis a António de Oliveira Salazar, sem nunca passar abertamente à oposição, envolvendo-se na criação de uma “liga republicana”, com a intenção de vir a transformá-la num partido legal, e procurando apresentar uma alternativa ao projecto da nova Constituição, que criticou sem reservas, facto que lhe terá valido a exoneração temporária das funções que exercia na Câmara Municipal de Lisboa. Apesar de colher a simpatia do Presidente da República, Óscar Fragoso Carmona, que o escolherá para membro do Conselho Político Nacional (1931-1933), a sua visão política, que encarava a Ditadura Militar como um ponto de passagem para um regime democrático mais eficaz, será definitivamente subalternizada pelas propostas do grande paladino do Estado Novo, António de Oliveira Salazar. No campo da escrita, foi autor de compêndios de desenho para o ensino primário e secundário e colaborou, nos tempos do liceu, n’*O Académico*, órgão da Associação Académica Funchalense, colectividade que ajudou a fundar.

JOÃO PINTO DA COSTA LEITE (LUMBRALLES)



COLEÇÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS; FOTO J. P. SABINO

João Pinto da Costa Leite, 4.º conde de Lumbralles, nasceu a 3 de Novembro de 1905, no Porto, e faleceu a 31 de Dezembro de 1975, em Madrid. Era filho do 2.º conde de Lumbralles, grande proprietário fundiário em Portugal e em Espanha, João Vítor Pinto da Costa Bartól, e de Judite Emília Martins Pinto Ferreira Leite. Ingressando na Universidade de Coimbra, aí obteve, em 1925, a licenciatura em Direito e, em 1927, o doutoramento em Ciências Político-Económicas.



IN O ESCUDO/BANCO DE PORTUGAL

No último desses anos, foi nomeado professor auxiliar da Faculdade de Direito de Coimbra, assumindo, em 1928, a regência das cadeiras de Economia Política e Finanças, em substituição de António de Oliveira Salazar, de quem fora discípulo e assistente.

Dedicado, assim, ao meio académico, representou a Universidade de Coimbra na Conférence Internationale des Sciences Economiques Appliquées, que decorreu em 1930 na capital belga, onde apresentou a tese *L'Armortissement de la Dette Flotante Portugaise et ses Conséquences*.

No ano seguinte, seria a vez de subir à categoria de professor catedrático contratado, para, em 1933, concorrer ao lugar de professor catedrático efectivo de Ciências Económicas. Monárquico, a sua estreia política verifica-se em 1929, quando é nomeado subsecretário de Estado das Finanças, cargo que ocupa, da primeira vez, até 1930 e que volta a assumir entre 1934 e 1937. Entretanto, em 1936, tornara-se presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, mantendo-se nesse lugar até 1944.

O acesso à alta esfera governativa concretiza-se, finalmente, em 1937, ao ser empossado ministro do Comércio e Indústria, pasta que deixa em 1940 para sobraçar a das Finanças, à frente da qual se manterá até 1950.

A partir deste ano até 1955, ao ascender a ministro da Presidência, torna-se, formalmente, no braço direito de António de Oliveira Salazar, cumprindo assim um período de vinte e um anos consecutivos ao serviço do Governo, findo o qual passou para a presidência do Conselho de



Administração da Sacor, onde permaneceu até 1972.

Personalidade destacada dos meios mais conservadores do regime no pós-guerra, viria a assumir uma posição crítica relativamente à política de Marcelo Caetano, contra o qual chegou a conjurar em ligação com a extrema-direita militar.

Estudioso da História, a sua produção intelectual inclinou-se, porém, para a área económico-financeira, no âmbito da qual proferiu conferências, colaborou em revistas portuguesas e estrangeiras e escreveu obras diversas, de que são exemplo *Organização Bancária Portuguesa* (1927) e *Ensaio sobre a Teoria das Crises Económicas* (1933).

Agraciado com as grã-cruzes das ordens de Cristo, da Águia Alemã, de Isabel, a Católica, e do Cruzeiro, assim como com a Medalha Humboldt, da Academia Alemã, foi, ainda, correspondente da Sociedade Alemã de Ciências Económicas.

ARTUR ÁGUEDO DE OLIVEIRA



COLEÇÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, FOTO J. P. SABINO

Artur Águedo de Oliveira nasceu em 1894, em Torre de Moncorvo, e veio a falecer em 1978. Formado pela Universidade de Coimbra, onde se licenciou e doutorou em Direito (em 1917 e 1923, respectivamente), dedicou-se, de início, à advocacia, mas acabou por desenvolver a sua carreira profissional no Tribunal de Contas, onde exerceu os lugares de juiz conselheiro, entre 1930 e 1948, e de presidente, no período de 1948 a 1964. Politicamente, interveio em várias frentes e de diversas maneiras.

No plano das organizações partidárias, foi membro da Junta Central da Legião Portuguesa e membro da Comissão Executiva da União Nacional. Por outro lado, na Assembleia Nacional, foi deputado entre 1935 e 1968. Ao nível governativo, estreou-se no papel de subsecretário de Estado das Finanças, entre 1931 e 1935, vindo a dirigir essa pasta no período de

2 de Agosto de 1950 a 8 de Julho de 1955. Uma vez nestas funções, dirigiu a sua atenção para o lançamento de acções de fomento – cuja oportunidade se explicava pelo auxílio financeiro de 31,5 milhões de dólares, prodigalizado no pós-guerra pela Organização Europeia de Cooperação Económica – e para o reenquadramento do sistema fiscal, no sentido de o adaptar às novas circunstâncias e de o constituir em factor de modernização, criando-se, para o efeito, as Comissões de Estudos e Aperfeiçoamento do Direito Fiscal e de Técnica Fiscal.



COLEÇÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, FOTO J. P. SABINO

Durante o seu consulado no Ministério das Finanças são, ainda, aprovadas as bases para a execução do I Plano de Fomento, com o objectivo último de contrariar a tendência deficitária da balança de pagamentos, para o que se tornou prioritário o desenvolvimento da agricultura e das indústrias de base, da produção de energia eléctrica, das vias de comunicação e, por fim, do ensino técnico.

Como ideólogo, desenvolveu uma intensa acção de propaganda, ora através de conferências, de que ressalta a intitulada *Filosofia Moral e Política do Estado Novo – A Nova Constitucionalidade, de 1937*, onde evoca Salazar como homem providencial, ora lançando mão de periódicos afectos ao regime, como é o caso d'*A Voz* e do *Diário da Manhã*, nos quais, de resto, colaborava.

Da sua razoavelmente extensa obra escrita, destacam-se os estudos de carácter económico, produzidos, sobretudo, a partir de 1945, intitulando-se o mais relevante *Portugal Perante as Tendências da Economia Mundial* (1947). Neste livro, avalia, ainda que ambigualmente, a aplicabilidade da doutrina keynesiana à realidade portuguesa, mas, apesar dessa aparente abertura aos novos tempos, a sua prática política foi sempre consonante com as rígidas directrizes financeiras do regime, como bem o demonstram os relatórios que assinou enquanto esteve no Tribunal de Contas, nunca chegando a demarcar-se da estratégia não desenvolvimentista típica da primeira fase do Estado Novo.

ANTÓNIO MANUEL PINTO BARBOSA

António Manuel Pinto Barbosa nasceu na Murtosa, a 31 de Julho de 1917, e veio a falecer, em Lisboa, a 5 de Março de 2006. Era filho de Manuel Maria Barbosa Júnior, licenciado em Medicina, e de Mariana Vieira Pinto. Ingressa no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, onde começa por obter a licenciatura. Dois anos depois, em 1941, após a dissertação da tese sobre a *Indústria de Conservas em Portugal*, é-lhe atribuído o grau de doutor e, no fim do ano, assume o lugar de professor auxiliar interino do referido instituto, onde, aliás, realizará a sua carreira de docente universitário.

Data de 1943 a sua primeira promoção, passando então a professor extraordinário interino, em que, de resto, se manterá por pouco tempo, visto que, logo em 1945, ascende à categoria de professor catedrático interino, na vigência da qual assume a regência das cadeiras de Economia Política e Matérias-Primas, no instituto a que pertencia, e de Economia Industrial, no Instituto Superior Técnico. Por fim, em 1951, mediante o concurso de provas públicas, torna-se professor catedrático efectivo, fazendo assim jus a uma acção pedagógica que – interrompida por alguns anos e retomada em 1965, altura em que também assume a direcção do Gabinete de Investigações Económicas do seu instituto – se pautou, entre outras, pela divulgação da doutrina keynesiana, pela credibilização da profissão de economista e pelo apoio prestado a alguns dos mais reputados economistas portugueses contemporâneos, quando estes iniciavam as suas carreiras.

A par do percurso académico, desempenhou outros cargos, muitos deles ligados à sua área de formação, como o de director do Gabinete de Estudos do Conselho Técnico Corporativo (entre 1948 e 1950), presidente da Comissão Reorganizadora da Indústria de Conservas de Produtos Vegetais, vogal da Secção de Estudos Económicos da Associação Industrial Portuguesa e membro do Centro de Estudos do Instituto Nacional de Estatística (em 1948), delegado de Portugal nos trabalhos da OECE sobre liberalização das trocas (em 1949) e na União Europeia de Pagamentos (em 1950) e governador por parte de Portugal no Banco de Mundial (entre 1961 e 1966).

Em 1966, é nomeado governador do Banco de Portugal e governador por parte de Portugal no Fundo Monetário Internacional, ambos os cargos exercidos até 1974.

Entre 1973 e 1974, regressa ao Instituto Nacional de Estatística, no papel de presidente do Conselho Orientador e, após o fim da Ditadura, é consultor especial do Banco de Pagamentos Internacionais, de Basileia (entre 1975 e 1979), membro eleito do Conselho Nacional do Ensino Superior (em 1979) e outrossim do Conselho Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, na área das Ciências Sociais (em 1984).

A sua entrada na cena política dá-se em 1951, quando é chamado ao Governo para desempenhar o cargo de subsecretário de Estado do Tesouro, o que acontece até 1955. Em 8 de Julho deste ano, é nomeado ministro das Finanças, cargo que exerce durante cerca de dez anos e cujo termo coincide com a sua despedida



das funções governativas. Continuará, no entanto, como procurador à Câmara Corporativa, no decorrer das IX, X e XI legislaturas, isto é, entre 1965 e a queda do Estado Novo.

Da extensa obra que publicou, destacam-se títulos como *A Economia do Ponto de Vista Positivo e do Ponto de Vista Teleológico* (1943), *Teoria Monetária. Velocidade de Circulação* (1948), *A Defesa da Estabilidade Financeira* (1962), *Portuguese Economic Developments in the Presence of the Post-War Foreign Policies of USA* (1969), *Algumas Incidências Nacionais da Política Monetária Internacional* (1970) e *Nótulas Pedagógicas* (1974).

Sócio efectivo da Academia das Ciências, é igualmente titular das grã-cruzes da Ordem de Cristo, da Ordem do Infante D. Henrique e da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha.

ULISSES CRUZ DE AGUIAR CORTÊS

Ulisses Cruz de Aguiar Cortês nasceu em Castanheira de Pêra, a 5 de Novembro de 1900, e veio a falecer em 1975.

Era filho de Manuel Fernandes Cortês e de Maria Arminda Moraes da Cruz Aguiar.

Concluído o curso de Direito, segue a prática da advocacia nas comarcas de Coimbra e da Lousã, em cujo exercício se evidenciou. Depois de passar pelo Registo Predial, de que foi inspector e membro do júri dos concursos para conservador, assumiu a presidência da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais e do Conselho

Administrativo da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, além de ter integrado como vogal o Conselho Superior dos Serviços Criminais.

O seu percurso político começou pelo desempenho dos cargos de presidente da Câmara Municipal da Lousã e de administrador desse concelho, a que se seguiu, na década de 1930, a chefia de gabinete do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, e a participação activa no I Congresso da União Nacional, partido cuja I Conferência ajudará,

aliás, a promover, em 1946, e do qual virá a fazer parte como membro da Comissão Executiva.

Entretanto, culminando a sua carreira no Ministério da Justiça, torna-se director-geral de Justiças e, em 1942, secretário-geral.

Chamado a chefiar a pasta da Economia em Julho de 1950, aposta, nos oito anos seguintes, na prossecução de uma política baseada na livre empresa e na concorrência regrada, traduzida em medidas como o lançamento do I Plano de Fomento, a construção da Siderurgia Nacional e a tentativa de desburocratização dos serviços ministeriais, de modo a mitigar o peso do intervencionismo estatal.

Em Fevereiro de 1959, seis meses após a sua saída do Ministério da Economia, é nomeado administrador-geral da Caixa Geral de Depósitos e, mais tarde, presidente do Conselho de Administração da mesma entidade, até que, em 1965, regressa, pela última vez, às funções executivas, na qualidade de ministro das Finanças, onde se demorará cerca de três anos.

A par da actividade governativa e partidária, foi deputado em todas as legislaturas e, nessas funções, presidiu à Comissão Parlamentar de Economia e à Comissão Eventual de Estudo do Plano Intercalar de Fomento.

Além da autoria de obras como *Tabela dos Emolumentos Judiciais* (1939) e *Ação do Ministério da Economia, Agosto de 1950 a Dezembro de 1954* (1955), foi agraciado com as grã-cruzes das ordens de Cristo, do Mérito Civil (Alemanha) e do Barão do Rio Branco (Brasil).



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

JOÃO AUGUSTO DIAS ROSAS

João Augusto Dias Rosas nasceu em 17 de Fevereiro de 1921, na Figueira da Foz. Licenciado, em 1945, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, principia a sua carreira profissional no ano seguinte, ao serviço do sector económico-financeiro público e corporativo, quando é admitido no Conselho Técnico Corporativo, do qual virá a tornar-se chefe de repartição. De seguida, em 1950, é nomeado presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, em cujo mandato se reconhece ter tomado relevantes medidas em prol da modernização tecnológica do sector. Na década que então se iniciava, viria ainda a desempenhar funções no Conselho Superior de Indústria, em 1954, no Fundo de Fomento de Exportação, em 1955, e na Comissão de Coordenação Económica, entre 1955 e 1959. No fim deste período, verifica-se uma

aproximação ao sector da banca e à administração ultramarina, de que é exemplo o exercício dos cargos de inspector superior do Ministério do Ultramar, em 1962, de vice-governador do Banco de Portugal, em 1968 e de 1972 a 1973, e de Governador do Banco Nacional Ultramarino, entre 1973 e o fim do Estado Novo.

Após viver alguns anos no Brasil, regressaria ao Banco Nacional Ultramarino já sob o regime democrático, na qualidade de inspector superior, havendo-se reformado nessa instituição.

O seu noviciado político, fê-lo por ocasião da II Conferência da União Nacional, em 1949, onde discursou sobre o balanço dos resultados económicos da organização corporativa, vindo ainda a participar nos III e IV Congressos da União Nacional, realizados em 1951 e 1956, respectivamente.

Deputado à Assembleia Nacional na VII Legislatura (1957-1961), é convidado, em Setembro de 1959, a assumir o lugar de subsecretário de Estado do Comércio, que desempenha até ser nomeado secretário de Estado da mesma pasta, em 1961, abandonando as novas funções no ano seguinte.

Relator, na Câmara Corporativa, dos pareceres sobre as propostas de Lei de Meios de 1967 e 1968, torna-se titular da pasta das Finanças em 19 de Agosto do último desses anos. Embora esse mandato termine pouco tempo depois, devido à incapacidade de António de Oliveira Salazar em continuar nas funções de presidente do Conselho, a liderança do Ministério das Finanças, agora em combinação com a pasta da Economia, é-lhe imediatamente revalidada pelo novo chefe do Governo, Marcelo Caetano, de quem era fiel seguidor desde os bancos da Universidade.

No seu segundo mandato, teve a oportunidade de adoptar reformas liberalizantes, com o intuito de acercar o País da Europa e das vias desenvolvimentistas, antes de entrar em conflito com o novo presidente do Conselho a propósito do estilo de governação e da situação financeira causada pela guerra colonial, do que veio a resultar, a prazo, o seu afastamento das funções de ministro das Finanças (em 11 de Agosto de 1972).



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

MANUEL ARTUR COTTA AGOSTINHO DIAS

Manuel Artur Cotta Agostinho Dias nasceu em Évora, em 1929.

Era filho de António Agostinho Dias e de Maria da Conceição Pereira Cota.

Havendo obtido, em 1952, a licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa, concluiu no ano seguinte o curso complementar de Ciências



FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA COTTA DIAS

Jurídicas, em ambos os casos, com as mais altas classificações.

Começou por exercer a advocacia e a consultoria jurídica em organismos públicos e empresas privadas, a que se seguiu a entrada no Ministério das Corporações e Previdência Social, vindo aí a ser membro da Comissão Administrativa responsável pela normalização administrativa da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio.

No âmbito do Ministério da Economia, para onde transitou em 1958, é nomeado, inicialmente, vice-presidente e, em 1961, presidente da Junta Nacional de Cortiça, em cujo exercício, que decorreu até 1967, promoveu e dirigiu o trabalho da Comissão de Estudo e Reorganização das Actividades Corticeiras, concluído em 1966, e empreendeu a criação da Confederação Europeia da Cortiça, que veio a ter sede em Lisboa.

Em Fevereiro de 1967, torna-se presidente da Junta Nacional do Vinho e, por inerência deste cargo, administrador-geral do Álcool, havendo, naquele ano e em 1968, igualmente presidido à delegação portuguesa à assembleia geral do Office International de la Vigne et du Vin. Durante a sua passagem pelo Ministério da Economia foi também vogal do Fundo de Fomento Florestal, da Comissão Revisora de Contas do Fundo de Abastecimento e dos Serviços Sociais do Ministério, além de se ter tornado membro, em 1964, do Conselho-Geral da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

Data de 30 de Maio de 1969 a sua eleição como representante dos accionistas privados no

Conselho de Administração do Banco de Fomento Nacional, interrompendo essas funções em 26 de Setembro do mesmo ano, quando é eleito para o lugar de vice-governador da referida instituição bancária, que desempenhará até Agosto de 1972.

Membro do Conselho-Geral do Grémio Nacional dos Bancos e Casas Bancárias e da Comissão Executiva da Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar, colaborou, também, nos trabalhos e estudos de planeamento económico desenvolvidos pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e presidiu ao grupo de trabalho que elaborou o esquema de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e à Comissão de Planeamento de Desenvolvimento Regional.

A sua intervenção política teve início em 1956, quando participou no IV Congresso da União Nacional, onde desenvolveu temas sociais, nomeadamente, acerca das convenções colectivas de trabalho. Haveria de estreitar os laços com o partido do regime na altura em que participa nos trabalhos da última Comissão Executiva da União Nacional, envolvendo-se no seu V Congresso, realizado em Fevereiro de 1970, onde se operou a transformação dessa organização para a Acção Nacional Popular, da qual veio a ser, no imediato, vice-presidente da Comissão Central e, entre Março de 1970 e Agosto de 1972, presidente da Comissão Executiva.

Além da actividade estritamente partidária, foi eleito deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Évora, em 28 de Novembro de 1969, em cujo mandato fez também parte das comissões permanentes de “Finanças” e de “Política e Administração Geral e Local” e das

comissões eventuais para o estudo da Revisão Constitucional e da Lei da Imprensa.

Ascenderia, por último, à esfera governativa, ao exercer os lugares de ministro das Finanças e da Economia, entre 11 de Agosto de 1972 e 15 de Março de 1973, e de ministro das Finanças e da Coordenação Económica, entre a última daquelas datas e 25 de Abril de 1974.

PAINEL DE CERÂMICA POLICROMA, JORGE BARRADAS, COL. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

